

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Introdutória

No âmbito dos anexos às demonstrações financeiras e em conformidade com o ponto 8.2 do Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, o Município de Alcácer do Sal apresenta assim as seguintes notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, com o objetivo de clarificar e evidenciar os factos cuja informação seja relevante na percepção dos mesmos.

8.2.1 – Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos definidos no POCAL, destacando-se neste exercício:

- a) Princípio da especialização (ou do acréscimo) – foram neste exercício os proveitos e custos reconhecidos na sua plenitude quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento;
- b) Princípio da materialidade – embora a CMAS tenha observado o princípio em questão realça-se que ainda não foi possível patrimoniar a totalidade dos bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem estes ativos. Tal facto influi nos valores do ativo e nos resultados do exercício, pelo que na análise do balanço e da demonstração de resultados devem ter-se em consideração tais condicionalismos.

8.2.2 – Comparabilidade das Contas

Durante o ano de 2014 foram identificados diversos bens do imobilizado que se encontravam por cadastrar e sem o correspondente reflexo contabilístico ao nível do Ativo. Assim, a valorização dos ativos corpóreos foi efetuada e conseqüentemente, em função das diferenças materialmente relevantes detetadas no cruzamento final de valores entre o sistema de inventário e Cadastro Patrimonial e os registos contabilísticos registados no sistema de contabilidade autárquica procederam-se a movimentos de regularização na contabilidade no exercício de 2014.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos Adotados

O critério valorimétrico adotado para o imobilizado é, em regra, o do custo de aquisição.

Relativamente a alguns bens imóveis integrados após o primeiro inventário, foi também utilizado o critério valorimétrico do valor de mercado, tendo por base as fórmulas de cálculo do IMI, resultante de avaliações efetuadas por um perito da Câmara.

As amortizações são calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no classificador geral do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de abril.

As dívidas de e a terceiros foram contabilizadas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam (ponto 4.3 do POCAL), ajustadas para um valor de realização através da constituição de provisões.

As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

O saldo de caixa expresso no balanço corresponde à existência física na tesouraria. Os depósitos em instituições financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes com instituições de crédito e aos valores expressos no resumo diário da tesouraria. As divergências verificadas entre os saldos destas contas e os constantes dos respetivos extratos bancários foram devidamente reconciliadas, conforme consta da síntese de reconciliações constantes dos documentos da prestação de contas.

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O valor das existências finais foi determinado através da contagem física às mesmas.

8.2.4 – Cotações de Câmbio Utilizadas

Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5 – Situações que afetam o resultado do exercício

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 “Critérios de Valorimetria”.

Não se verificaram situações desta natureza.

Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas

Não se verificaram situações desta natureza.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao Ativo

Não se verificaram situações desta natureza.

8.2.6 – Comentário à conta “431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento”

Não se aplica, em virtude de as contas indicadas não terem tido qualquer movimento.

8.2.7 – Movimentos do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações, constantes do balanço, são apresentadas nos mapas abaixo.

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Ano: 2014							
Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	383.992,35 €	0,00 €	22.095,68 €	0,00 €	0,00 €	406.088,03 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	38.824.879,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	415.580,01 €	39.240.459,73 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	2.529.895,69 €	0,00 €	698.391,81 €	0,00 €	-415.529,01 €	2.812.758,49 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		41.954.105,50 €	0,00 €	720.487,49€	0,00 €	51,00 €	42.674.643,99 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125.629,02 €	125.629,02 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125.629,02 €	125.629,02 €
421	Terrenos e recursos naturais	14.398.535,19 €	1.137,38 €	0,00 €	77.368,41 €	-260.442,41 €	14.061.861,75 €
422	Edifícios e outras construções	31.797.592,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	113.890,90 €	31.911.483,25 €
423	Equipamento básico	2.679.716,83 €	0,00 €	305.059,72 €	0,00 €	-396.072,80 €	2.588.703,75 €
424	Equipamento de transporte	3.351.271,54 €	0,00 €	200.649,27 €	0,00 €	10.903,43 €	3.562.824,24 €
425	Ferramentas e utensílios	381.366,84 €	0,00 €	10.747,08 €	0,00 €	10.748,54 €	402.862,46 €
426	Equipamento administrativo	649.820,33 €	0,00 €	5.343,66 €	0,00 €	-86,16 €	655.077,83 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	948.318,33 €	139,00 €	94.802,10 €	0,00 €	-188,36 €	1.043.071,07 €
442	Imobilizações em curso	221.982,43 €	0,00 €	231.188,04 €	0,00 €	0,00 €	453.170,47 €
448	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		54.428.603,84 €	1.276,38 €	847.789,87 €	77.368,41 €	-521.246,86 €	54.679.054,82 €
411	Partes de capital	174.579,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	174.579,26 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - Fundo apoio municipal	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €	0,00 €	0,00 €	829.581,34 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	954.022,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27.431,51 €	981.453,77 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta de invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		1.267.409,76 €	0,00 €	829.581,34 €	0,00 €	27.431,51 €	2.124.422,61 €

Amortizações e Provisões					
Ano: 2014					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
452	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	27.406.586,90 €	996.319,12 €	0,00 €	28.402.906,02 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	8.758,82 €	1.521,19 €	0,00 €	10.280,01 €
459	Outros bens de domínio público	82.163,61 €	9.306,43 €	0,00 €	91.470,04 €
		27.497.509,33 €	1.007.146,74 €	0,00€	28.504.656,07 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	13.306,59 €	105.409,18 €	118.715,77 €
		0,00 €	13.306,59€	105.409,18 €	118.715,77 €
421	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
422	Edifícios e outras construções	9.955.837,01 €	662.665,65 €	0,00 €	10.618.502,66 €
423	Equipamento básico	2.414.262,81 €	160.880,21 €	-354.075,20 €	2.221.067,82 €
424	Equipamento de transporte	2.619.816,65 €	205.474,13 €	0,00 €	2.825.290,78 €
425	Ferramentas e utensílios	356.689,00 €	17.581,77 €	-76,32 €	374.194,45 €
426	Equipamento administrativo	494.235,78 €	11.245,40 €	-86,16 €	505.395,02 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	472.988,91 €	106.107,12 €	-187,36 €	578.908,67 €
		16.313.830,16 €	1.163.954,28 €	-354.425,04€	17.123.359,40 €
411	Partes de capital	0,00 €	135.776,76 €	0,00 €	135.776,76 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - Fundo apoio municipal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	20.924,27 €	2.940,74 €	0,00 €	23.865,01 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em inst. financ.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
		20.924,27 €	138.717,50 €	0,00€	159641,77 €

O Imobilizado Bruto do Município registou um aumento no ano de 2014 face a 2013.

No que diz respeito ao domínio público, temos um acréscimo de cerca 700 mil euros, dos quais, 400 mil euros foram transferidos de imobilizado em curso para bens de domínio público, sendo os mais significativos, a “Beneficiação do arruamento entre o Bairro de Rio de Clérigos e o cruzamento com a estrada de acesso ao Bairro do Laranjal”, a “Remodelação das infraestruturas de saneamento básico do Bairro de São João” e a “Remodelação da rede de águas na rua António Paulino Faria Claro em Santa Susana”.

Quanto aos restantes 300 mil euros, permanecem em imobilizações em curso do domínio público e referem-se essencialmente ao projeto “RUAS – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal”. Este projeto é aliás responsável em cerca de 2,6 milhões de euros do total de imobilizações em curso do domínio público que ascende a 2,8 milhões de euros.

Em relação ao domínio privado, houve um acréscimo de 280 mil euros, para tal tendo contribuído de forma significativa a aquisição de equipamento à EMSUAS, no montante de cerca de 50 mil euros.

Acresce ainda que cerca de 230 mil euros permanecem em imobilizações em curso do domínio privado e referem-se essencialmente à componente deste domínio no projeto “RUAS – Regeneração Urbana de Alcácer do Sal” (valor referente à construção do novo edifício do posto de turismo), à “Alteração do pavilhão multiusos – parque de atividades económicas e exposição de Alcácer do Sal” e à “Construção, ampliação e beneficiação do centro de educação pré-escolar de Alcácer do Sal”.

No que concerne aos investimentos financeiros verificamos que houve um aumento significativo no valor de 829.581,34€, que se refere ao reconhecimento do valor da contribuição do município para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal.

As amortizações do exercício registam a depreciação das imobilizações corpóreas, (com exceção das incluídas em investimentos financeiros), incorpóreas e dos bens de domínio público, atribuída ao exercício.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, em função do tempo e da forma de utilização do respetivo imobilizado.

Em 2014 o valor das amortizações foi de 2.184.407,61€, enquanto que em 2013 foi de 2.043.882,06€, este ligeiro aumento, de 6,8%, reflete a aquisição de novos bens.

8.2.8 Desagregação das rubricas do Ativo

A desagregação de cada uma das rubricas constantes do mapa apresentado no ponto anterior e a respetiva informação encontram-se evidenciados nos mapas constantes na conta de gerência.

8.2.9 – Custos Financeiros Capitalizados

Não se aplica.

8.2.10 – Diplomas Legais de Reavaliações

As reavaliações efetuadas correspondem a atualizações cadastrais, no âmbito da aplicação do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

8.2.11 – Reavaliações

Não se aplica.

8.2.12 - Situações Específicas do Imobilizado Corpóreo e em Curso

Não se aplica.

8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

No imobilizado da autarquia não figuram bens em regime de locação financeira.

8.2.14 – Relação dos bens Sem Valorização

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, não foi ainda possível inventariar todos os bens, encontrando-se ainda em fase de avaliação.

8.2.15 – Identificação dos Bens de Domínio Público que Não são amortizados

Pelo previsto no POCAL, como nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de abril (CIBE), que regulamenta as taxas de amortização dos bens imobilizado, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens de património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações. Assim, os bens do domínio público que não foram objeto de amortização encontram-se classificados na conta patrimonial 451 (apenas terrenos), e identificados no mapa de amortizações dos bens imóveis.

8.2.16 – Informações sobre Empresas Participadas

A autarquia detém participações no capital das seguintes entidades:

Empresas Participadas	Sede	Parcela Detida	Participação do Capital Social em 2014	Participação do Capital Social em 2013
EMSUAS	Alcácer do Sal	100%	174.579,26€	174.579,26€

Foi criada uma provisão no valor de 135.776,76€ sobre a participação do capital social da EMSUAS.

8.2.17 – Títulos Negociáveis e Outras Aplicações de Tesouraria

Nota não aplicável, por inexistência de títulos negociáveis detidos e outras aplicações de tesouraria à data do balanço.

8.2.18 – Obrigações e Títulos de Participação

Foi reconhecido o valor da contribuição do município para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal no valor de 829.581,34€.

8.2.19 – Diferenças entre a Valorização do Ativo Circulante e o Respetivo Valor de Mercado

Nesta data não se verificam situações desta natureza.

8.2.20 – Fundamentação das Circunstâncias Especiais que justificaram a atribuição ao Ativo Circulante de um Valor inferior ao mais baixo custo ou de mercado.

Nesta data não se verificam situações desta natureza.

8.2.21 – Movimentos ocorridos nas rubricas do Ativo Circulante - Provisões

Nota não aplicável, por inexistência de provisões constituídas neste âmbito.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa respeitam integralmente a conta “Clientes, Contribuintes e Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação de água, saneamento, alugueres de contadores e taxas por receber referentes à urbanização da Quinta do Pinhal.

8.2.23 – Dívidas Ativas/Passivas respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2015, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 821.701,47€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos”.

8.2.24 – Obrigações Emitidas e Direitos Conferidos

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.25 – Dívidas em Mora ao Estado e Outros Entes Públicos

A conta “Estado e Outros Entes Públicos” não inclui dívidas em situação de mora.

8.2.26 – Contas de Ordem - Garantias, Cauções e Recibos para Cobrança

Mapa apresentado em anexo.

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.28 – Movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe “5 – Fundo Patrimonial”, constantes do Balanço

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
511- Balanço Inicial – Inventário Inicial	38.680.941,26€	1.276,38€	0,00€	38.682.217,64€
512- Balanço Inicial – Inventário Inicial	2.112.852,27€	0,00€	0,00€	2.112.852,27€
571 – Reservas Legais	735.068,36€	41.164,71€	0,00€	776.233,07€
575 - Subsídios	397.628,02€	0,00€	0,00€	397.628,02€
576 - Doações	240,00€	0,00€	0,00€	240,00€
59 – Res. Transitados	3.212.178,37€	795.975,47€	339.190,37€	3.668.963,47€
88 - R. Liq. Exercício	823.294,21€	- 3.437.104,27€	209.472,30€	- 2.404.337,76€

O ligeiro aumento no exercício verificado na “conta 511 – Balanço Inicial – Inventário Inicial” resultou da inventariação de um lote na Carrasqueira adquirido antes da adoção do POCAL, que não tinha sido considerado no Balanço e Inventários Iniciais, tendo-se agora efetuado a sua inventariação e consequente retificação no montante de 1.276,38€.

O aumento no exercício verificado na “conta 571 – Reservas Legais” resultou da aplicação de resultados de 2013 no montante de 41.164,71€.

As variações (aumentos/diminuições) na “Conta 59 – Resultados Transitados” resultaram de:

- Transferência do Resultado Líquido de 2013 no valor de 782.129,50€;
- Anulação de duas faturas que estavam em conferência relativas a anos anteriores no valor de 7.670,63€;
- Regularização de IVA de 2013 no valor de 6.175,34€;
- Regularização de fatura referente a 2013 no valor de - 14.818,00€;
- Reconhecimento dos empréstimos da CIMAL no valor de - 324.372,37€.

8.2.29 – Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mapa apresentado em anexo.

8.2.30 – Demonstração da Variação da Produção

Nota não aplicável, por inexistência de situações enquadradas neste âmbito.

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.32 – Demonstração de Resultados Extraordinários

Ver conforme apresentado no relatório de gestão.

8.2.33 - Outras Informações Relevantes

Conforme mapa em anexo, existem diversos processos judiciais em curso. Está refletida nas demonstrações financeiras uma provisão no valor de 185.700,53€ para a cobertura de eventuais riscos e encargos que daí poderão advir.